



Projeto de lei reintroduz homologação no sindicato



O senador Paulo Paim (PT-RS) protocolou no Senado um projeto de lei que visa restaurar o direito constitucional de o sindicato, como entidade protetora do trabalhador, acompanhá-lo e orientá-lo no momento da rescisão contratual.

O objetivo é corrigir a distorção criada pela reforma trabalhista que, na prática, anistia o patrão sonegador de direitos quando demite o trabalhador sem a assistência do seu Sindicato para conferir as verbas pagas.

Segundo Paim, a mudança está gerando um caos para o trabalhador, que passou a não contar com a ajuda do sindicato na correção dos pagamentos dos direitos à luz da legislação trabalhista. Mais informações em www.pactu.org.br

Bancários lutam por vacina para todos e prioridade para categorias



Com a campanha de vacinação contra a covid-19 em andamento, sindicatos dos bancários de todo o país têm atuado para cobrar de conselhos de saúde e dos governos municipais, estaduais e federal a vacinação para todos e a inclusão de categorias que realizam serviços considerados como essenciais para a sociedade, como os bancários,

como prioridade no Plano Nacional de Imunização. “Estamos mobilizados em favor da vida”, afirma a coordenadora do Pactu, Nivalda Sguissardi. Segundo ela, a campanha acontece em diversas frentes e conta inclusive com apoio de parlamentares no Congresso Nacional. Mais informações em www.pactu.org.br

Fundação Itaú Unibanco Eleições vão até dia 13 de maio

Chapa 1
Fundação para todos, o futuro é nosso

FUNDAÇÃO ITAÚ UNIBANCO

Contraf-CUT apoia “Chapa 1 – Fundação para todos, o futuro é nosso”

Conselho Deliberativo (usuários), Conselho Fiscal (usuários), Conselho Fiscal (empregados)

As eleições da Fundação Itaú Unibanco tiveram início quarta-feira, 05/05, por voto digital, e vão até o dia 13/05. Os bancários ativos e assistidos poderão escolher os representantes dos participantes ativos, autopatrocinados, optantes pelo BPD e em fase de opção e dos participantes assistidos no Conselho Deliberativo, no Conselho Fiscal e nos Comitês de Planos. Os sindicatos do Pactu apoiam a

“Chapa 1 – Fundação para todos, o futuro é nosso”.

A ampliação da representação dos participantes nos Conselhos e criação dos Comitês de Gestão por grupos de planos é uma conquista dos funcionários do Itaú Unibanco, depois de muita negociação e muitas lutas. Conheça os integrantes da Chapa 1, propostas e outros detalhes em matéria completa no portal www.pactu.org.br

Saúde Caixa

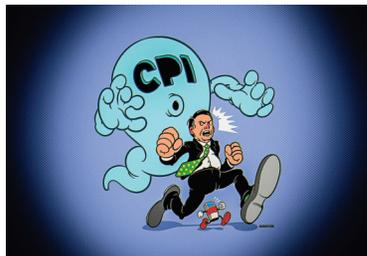
Custos altos geram reclamações dos empregados



Em reunião extraordinária do Conselho de Usuários do Saúde Caixa, realizada dia 28/04, foram ressaltadas as preocupações dos empregados com os altos custos, mesmo que os usuários tenham feito menor uso do plano em virtude da pandemia. A reunião deveria ser exclusiva para avaliar o desempenho do plano e tratar sobre os números apresentados pela empresa de consultoria atuarial, contratada pela Caixa, mas a empresa não mandou representantes. Além da Caixa não responder vários questionamentos do Conselho e entidades representativas dos empregados, foram cobradas soluções para diversos problemas de ordem administrativa e operacional. Confira mais informações no portal www.pactu.org.br

CPI da covid-19

Primeiros depoimentos responsabilizam Bolsonaro



Os dois primeiros depoimentos prestados à CPI da covid-19, na terça, 04/05, e na quarta-feira, 05/05, pelos ex-ministros da Saúde, Luiz Henrique Mandetta e Nelson Teich, comprovaram o que já era bastante evidente: desde o início da pandemia do novo coronavírus, o governo Jair Bolsonaro (ex-PSL) mentiu muito, se omitiu e atuou para provocar o descontrole da crise sanitária no Brasil. Os ex-ministros confirmaram que deixaram o governo por não concordar com as orientações do presidente, sempre contrários à ciência e demonstrando uma obsessão pelo ineficaz tratamento precoce à base de cloroquina. Mandetta afirmou que alertou o presidente que o enfrentamento errado da pandemia, sem distanciamento social, poderia levar o país a meio milhão de vítimas da covid-19. O depoimento mais aguardado era do ex-ministro Eduardo Pazuello que foi, segundo os registros, um dos maiores símbolos do negacionismo da covid-19. Mas o general, que sempre criticou a quarentena, alegou contato com um suspeito de infecção para fugir, temporariamente, da CPI. Pazuello tem muito a confirmar sobre aquilo que o Brasil também já sabe: o governo ignorou a gravidade da pandemia, o que o torna responsável direto pela maioria das mortes por covid no país. Mas enquanto a CPI caminha, Bolsonaro desafia tudo e todos como se estivesse acima de tudo e de todos. Esta semana, sem demonstrar pudor ou algum ressentimento pelas mais de 410 mil vidas perdidas para a covid-19, o presidente foi às redes sociais anunciar aos seus seguidores a edição de um decreto, segundo o qual ele “proibirá” prefeitos e governadores de adotar novas medidas restritivas para conter o avanço da pandemia. “Não usem contestar”, bradou Bolsonaro durante mais um chique presidencial no qual voltou a atacar o STF e a China, país do qual o Brasil tanto depende no momento. É uma atitude típica de um negacionista acuado, que tenta contratar errando como fez durante todo o seu governo.

Sputnik V

Proibição tem cara de boicote

Enquanto mais de 60 países em todo o mundo compraram e estão aplicando a vacina russa Sputnik V em suas populações, o governo brasileiro, através da Anvisa (Agência Nacional de Vigilância Sanitária), não aprovou o uso emergencial do imunizante. A Anvisa alega que a vacina contém um vírus replicante, que “poderia causar danos à saúde e até a morte”. Porém, a conclusão foi baseada apenas nos dados de controle de qualidade, segurança e eficácia, sem a realização de testes, ao contrário do que se fez na Hungria, no México e na Argentina onde os estudos apontaram eficácia próxima de 97%, sem riscos à saúde humana. O Instituto Gamaleya e o Fundo de Investimento Direto da Rússia, responsáveis pela produção da Sputnik V, afirmam que a decisão do Brasil “é política”.

Um relatório divulgado pelo governo dos Estados Unidos, produzido na gestão de Donald Trump, revela que o governo brasileiro foi persuadido a não comprar a Sputnik V. O documento, do Departamento de Saúde e Serviços Humanos dos EUA (HHS, na sigla em inglês) sobre as ações tomadas por Trump, fala em “combater as influências malignas nas Américas”, e cita Cuba, Venezuela e Rússia “trabalhando para aumentar sua influência na região em detrimento da segurança dos Estados Unidos” (sic). Bolsonaro nunca escondeu sua admiração e subserviência ao ex-presidente americano. Além disso, a proibição do uso da Sputnik V prejudica os interesses de um consórcio de governadores do Nordeste, que já havia obtido autorização do Supremo Tribunal Federal para importar 66 milhões de doses do imunizante. O Nordeste, como se sabe, não é



exatamente uma prioridade para o governo Bolsonaro, mas o país inteiro pode estar sendo prejudicado.

Apesar das alegações da Anvisa que, diga-se, é presidida por um general nomeado por Bolsonaro, até agora não se registrou nenhum caso de efeito colateral grave da Sputnik V mundo afora. Esse dado deixa uma dúvida: ou a Anvisa de fato detectou uma falha grave na composição da vacina e que, portanto, deveria ser reavaliada por laboratórios e agências sanitárias de todo o mundo, ou a proibição é um tremendo boicote, com ecos da “guerra fria” na qual o Brasil não deveria se meter.

Se for este o caso, a Anvisa infelizmente jogará no lixo toda a credibilidade que conquistou, além de estar incorrendo em crime gravíssimo contra a população brasileira num momento em que o país ultrapassa 410 mil mortes por covid-19, com uma média diária de 3 mil mortes e sem a perspectiva de vacinar toda a população em curto ou médio prazo.

Documento mostra que o governo brasileiro foi persuadido a não comprar a Sputnik V

O famigerado neoliberalismo está morto. Biden apenas jogou a pá de cal

Joe Biden sepulta o “neoliberalismo”

Do correto enfrentamento da pandemia à inclusão de minorias; da geopolítica à nova política de imigração; do diálogo e respeito aos adversários políticos ao projeto de união nacional. Esses foram alguns temas que fizeram parte do tradicional discurso do presidente dos Estados Unidos ao completar os primeiros cem dias de governo.

No dia 28 de abril, Joe Biden verbalizou uma série de mudanças, algumas já em curso e outras prontas para iniciar, que tentam recolocar os Estados Unidos numa posição de liderança a partir de um novo projeto e de uma nova visão de nação e de mundo. E se já não bastasse, no dia 05/05, Biden surpreendeu o mundo ao manifestar apoio à quebra das patentes das vacinas contra a covid-19, em debate da OMS – Organização Mundial de Saúde.

O governo Biden, nitidamente, aponta para um caminho diferente ao abandonar explicitamente as orientações econômicas neoliberais que tiveram seu auge na era Ronald Regan e que levaram os Estados Unidos e outros países, ricos e pobres, ao declínio social e econômico. A redução do papel do Estado e a desregulamentação da economia que facilitou

a vida dos ricos e aumentou a miséria era o ponto chave do Consenso de Washington, formulado em 1989. Um conjunto de medidas incorporadas pelo FMI, do qual se tornaram reféns vários países da América Latina em dificuldades econômicas. A história registrou o processo sob a alcunha de neoliberalismo. Tratava-se de rigor fiscal, privatizações de empresas públicas, desregulamentação econômica e livre mercado. Tudo isto está ficando para trás.

Não é necessário ser economista para perceber que as medidas do Consenso de Washington são opostas às do projeto de Biden. Algumas palavras-chave foram sintomáticas no discurso dos cem dias: classe média, valor do trabalho, fortalecimento dos sindicatos, crédito, indústria e emprego, auxílios sociais, desvalorização cambial e investimento em obras públicas.

Porém, como ele bem disse, se quiser recuperar o protagonismo internacional, os Estados Unidos precisarão resgatar o fio desenvolvimentista que abandonaram. Já deram o primeiro passo. Sepultaram o estelionato teórico responsável pela ruína de muitas nações. O famigerado neoliberalismo está morto. Biden apenas jogou a pá de cal.